



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11782 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A BNCC NAS ESCOLAS – PROPOSTA DE ESTUDO BASEADO NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE BALL E BOWE (1992)

Ana Laura Dias de Souza - ESCOLA MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR

A BNCC NAS ESCOLAS – PROPOSTA DE ESTUDO BASEADO NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE BALL E BOWE (1992)

As redes de ensino de todo o Brasil tem se mobilizado nos últimos sete anos em torno do documento intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Antes mesmo de terem tempo de se perguntar se fazia sentido um currículo mínimo nacional, educadores e pesquisadores em educação de todos os cantos do país se debruçaram sobre as longas listas de objetivos propostos no documento, desde sua primeira versão, lançada para consulta pública em outubro de 2015.

Não se trata, porém, de uma ideia nova. As justificativas para tamanho empreendimento estariam, conforme consta no documento, presentes já na Constituição Federal, que prevê a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar uma formação básica comum.

A partir daí podemos citar todas as demais políticas normativas curriculares, como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Diretrizes Curriculares. Há que se destacar, todavia, que os PCNs e as Diretrizes, apesar de apresentarem uma estrutura curricular completa, foram apresentados como parâmetros indicativos, permanecendo as redes de ensino com a autonomia e compromisso de elaborar diretrizes curriculares próprias, visando atender às particularidades e necessidades de cada região.

O mesmo já não se pode afirmar do novo documento curricular, que embora em sua apresentação seja definido como “referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares [...]” (BRASIL, 2017, p. 6), a “referência”, em questão, possui uma porcentagem bem definida: 60% (sessenta por cento) dos conteúdos abordados em sala

de aula.

Apesar das críticas levantadas em seu processo de elaboração, a Base Nacional é hoje uma realidade no contexto escolar, cabendo, pois, no momento, aos pesquisadores, empreender esforços no sentido de entender qual é, de fato, a relevância e o impacto deste documento nas políticas curriculares educacionais brasileiras. Neste intuito, este ensaio visa contribuir na ampliação do olhar para as possibilidades de abordagens teórico-metodológicas neste campo das pesquisas em educação.

Inicialmente, cumpre destacar o entendimento de currículo escolar, neste trabalho, enquanto enunciação, conforme proposto por Macedo (2006), e em sua capacidade intrínseca de produzir e reproduzir sentidos continuamente. E, partir deste conceito, este ensaio dialoga com a possibilidade de utilização do referencial-teórico analítico de Ball e Bowe (1992) em pesquisas relacionadas a BNCC. Estes autores propõem o estudo do processo de formulação de uma política num ciclo formado por três contextos principais inter-relacionados e em constante disputa: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Ball acrescentou posteriormente (1994) outros dois contextos a este ciclo: o contexto dos resultados e o contexto da estratégia política. Neste trabalho, todavia, propõe-se como referencial teórico, em estudos atuais sobre a BNCC, os três primeiros contextos propostos por Ball e Bowe (1992) no ciclo das políticas públicas, visto que os dois últimos exigem um volume maior de dados estatísticos e observações.

É, pois, no primeiro contexto, o das influências, onde, de acordo com os autores, normalmente começam as políticas públicas e os discursos políticos são elaborados. Segundo Mainardes (2006) é nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Pode-se citar como exemplo na elaboração da BNCC no Brasil, as várias entidades que apoiam sua implementação e podem estar inseridas neste primeiro contexto, como especialistas selecionados pelo MEC de Universidades Federais e Estaduais juntamente com organizações não-governamentais de grupos civis, como o Movimento pela Base Nacional Comum. Este “Movimento”, por sua vez, possui ainda parceiros institucionais amplamente divulgados em seu próprio site: Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, entre outros.

Além destes, não se pode esquecer também das influências internacionais, que se dão, segundo Ball e Bowe (1992) de duas maneiras: uma delas por meio de fluxo de ideias, mais precisamente por “empréstimo de políticas” como veiculado no guia de implementação da BNCC, exemplos e modelos de como vários países implementaram suas bases nacionais e entrevistas com renomados pesquisadores internacionais em currículo. A outra forma de influência refere-se ao patrocínio ou mesmo imposição de algumas “soluções” oferecidas e recomendadas por agências multilaterais, como o Banco Mundial.

Enquanto no contexto de influência de Ball e Bowe (1992) é nítida a relação intrínseca

deste com as ideologias dogmáticas e os interesses mais estreitos, no segundo contexto, da produção de texto, vemos que estes estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. As respostas a estes textos, que podem ser contraditórios e incoerentes, têm consequências reais e são vivenciadas dentro do terceiro contexto, que é contexto da prática.

É neste terceiro contexto, que Ball e Bowe (1992) discorrem como as políticas públicas estão sujeitas a interpretação e recriação, que por sua vez produzirão efeitos que podem representar mudanças significativas nas políticas originais. Para estes autores, segundo Mainardes (2006) o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro da arena do contexto da prática, mas estão sujeitas à interpretação para então serem recriadas.

Esta abordagem, assume, portanto, que os profissionais da educação exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam sobre a BNCC, no que acreditam, como agem perante esta política têm implicações diretas em seu processo de implementação.

Mainardes (2006) salienta que, apesar das críticas dadas por alguns pesquisadores ao ciclo das políticas de Ball e Bowe (1992), não se pode negar que a abordagem dos autores oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais. Entretanto, como a explanação que os autores fazem de cada um dos contextos é bastante breve, é preciso atenção ao se refletir sobre as questões que podem ser incluídas na análise e mesmo incluir outras teorias pertinentes à pesquisa.

Neste ensaio, portanto, ao se conceber o processo de implementação da BNCC e elaboração das propostas curriculares como uma construção política e cultural, entende-se que todo este processo está inserido em um contexto mais amplo da organização escolar que o concretiza e não somente nos discursos e textos que explicitam interesses diversos.

A relevância desta postura teórico-metodológica encontra-se, assim, na possibilidade de se exercitar formas de estudos no campo curricular descentralizadas do foco da política educacional centrada institucionalmente nos governos, criando espaços de reflexão e produção de conhecimento sobre como as escolas, em particular, tem lidado com esse movimento nacional de mudança curricular.

Palavras-chave: BNCC; Políticas Públicas; Currículo.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, S.J. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BRASIL. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Câmara dos Deputados. Brasília: 2014. Disponível em Acesso em: 03 de nov. de 2017.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural, Revista Brasileira de Educação v. 11, n. 32. Maio/ago 2006.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr.